

Segurança do Trabalho: um Estudo em uma Empresa da Construção Civil na Cidade de Maceió

Fabiola Pereira da Silva
fabiola_lrp@hotmail.com
UFAL

Thêmis Monteiro Mendonça
themis.monteiro@gmail.com
UFAL

Resumo: Este artigo tem como objetivo abordar o contexto em que se inserem as práticas de saúde e segurança no trabalho em uma empresa de construção civil na cidade de Maceió. Para a coleta de dados foram utilizadas entrevista de profundidade, aplicação de questionários em uma amostra de trabalhadores (n=45) que atuam em campo. A análise dos resultados obtidos evidenciou pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, além de outros elementos, no que se refere as práticas de segurança no trabalho. Esses resultados levam a um melhor entendimento das condições laborais na qual estão inseridos os trabalhadores indicando, também, a importância de se discutir com frequência a segurança dos mesmos, envolvendo não apenas empresa e trabalhadores nesse contexto, mas governo, sindicatos e sociedade.

Palavras Chave: SAÚDE - SEGURANÇA DO TRABALH - CONDIÇÕES DE TRABALH - CONSTRUÇÃO CIVIL - MÃO DE OBRA

1. INTRODUÇÃO

Diante de um mundo globalizado é importante que as grandes organizações voltem sua atenção não apenas para o desenvolvimento da produção e comercialização de seus produtos e serviços, mas principalmente para seus colaboradores de forma que esses não sejam encarados como meros recursos produtivos. As empresas devem atuar de forma ampla no mercado, enxergando os impactos que as suas atividades geram na saúde e segurança de seus trabalhadores, no mercado consumidor, e no meio ambiente.

A indústria da construção civil é um setor onde a saúde e segurança dos trabalhadores é uma questão que merece atenção constante, pois os mesmos são expostos a diversos tipos de risco. O setor é um dos que apresenta as piores condições de segurança, em nível mundial. O alto índice de acidentes de trabalho constatado deu espaço para o aumento dos gastos nos cofres público, em meio a esses fatos iniciou-se, por parte do governo, um maior empenho em revisar as normas de segurança relacionadas à construção civil (SILVEIRA, C. A.; ROBAZZI, M. L. C.; WALTER, E. V. & MARZIALE, M. H. P., 2005).

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publicados no Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho (MTE, 2011) o Brasil apresentou elevados números de acidentes. Em 2006 foram registrados 32.058 acidentes no setor da construção civil. Em 2007 os acidentes cresceram em valores numéricos registrando 39.076 acidentes, representando um crescimento de 22% em relação ao ano anterior. Já em 2008 o número de acidentes foi de 50.893 que representou um crescimento de 30% em relação a 2007 (MTE, 2008).

Para melhor compreender o contexto estudado buscou-se estatísticas dos acidentes ocorridos no setor. Na região Nordeste foram registrados 3.785 acidentes em 2006, sendo 51,2% desses apenas no sub setor construção de edifícios. Em 2007 o número total saltou para 4.920, porém o percentual de ocorrências no sub setor diminuiu para 47% e manteve-se estável em 2008 (MTE, 2008).

Segundo os registros do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), publicados no Anuário Estatístico da Previdência Social, de 2008 (INSS, 2008) a região Nordeste foi a terceira maior em quantidade de acidentes e em Alagoas, entre os anos de 1990 e 2008, para cada 100 mil trabalhadores houve 1.122 acidentes, sendo esse o pior índice da região.

Quanto ao estado de Alagoas, em 2006, os acidentes ocorridos no submeter representaram 54% do total. Já em 2007 esse resultado se alterou e o sub setor da construção de edifícios passou a representar 65% do total (MTE, 2008).

Com base nesses dados pode-se observar que o número total de acidentes ocorridos em Alagoas cresceu 6,25% entre 2006 e 2007, e saltou para 48,66% em 2008. No sub setor da construção de edifícios houve também um crescimento considerável nesse mesmo período. Entre 2006 e 2007 o número de acidentes subiu 27,3% e pulou para 45,4% entre 2007 e 2008. Esses dados apontam para a necessidade de entender melhor o setor e dessa forma analisar as práticas de segurança adotadas nesse segmento (MTE, 2008).

Essas estatísticas podem levantar duas suposições acerca do assunto, a primeira refere-se ao alto crescimento das construções prediais em função de programas governamentais que é superior aos investimentos em infraestrutura no estado. A segunda refere-se ao desnível existente entre o acelerado crescimento desse setor e as condições fornecidas aos trabalhadores em termos de segurança e saúde. Outro agravante é a escassez de mão de obra qualificada e especializada.

O Cadastro Industrial de 2006 publicado pela Federação da Indústria de Alagoas (FIEA) apontou 180 indústrias em todo o setor empregando cerca de, 5.427 trabalhadores formais, desse total constatou-se 176 acidentes ocorridos (FIEA, 2006).

Em 2011, o setor cresceu indicando 217 indústrias que emprega cerca de 7.879 trabalhadores formais em Alagoas, desse total 194 estavam situadas na capital, Maceió, que emprega cerca de 6.305 trabalhadores (FIEA, 2010).

No estudo foram encontrados dados pertinentes ao Brasil, a região Nordeste e ao estado Alagoas, porém raras são as estatísticas para Maceió o que reafirma a necessidade de levantar dados sobre a referida indústria.

Diante desse contexto entendeu-se a necessidade de realizar um estudo mais profundo, pois sabe-se que as questões pertinentes a saúde e segurança no trabalho vêm sendo discutidas constantemente devido não somente às regulamentações, mas principalmente devido a preocupação com um direito inalienável do trabalhador que é sua própria vida, o que justifica a relevância do estudo.

O estudo objetivou identificar como estão sendo realizadas as práticas de segurança do trabalho na construção civil, setor que comprovou crescimento nos últimos anos, além de ser responsável pela terceira maior parcela de mão de obra empregada no Brasil segundo o Ministério do Trabalho e Emprego.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. FATOS HISTÓRICOS

2.1.1. SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DA SEGURANÇA DO TRABALHO

Segundo Bisso (1990, p.15) “o trabalho foi uma atividade incorporada à própria existência do ser humano, todavia, a preocupação em controlar os malefícios causados ao homem pelo trabalho é bem recente”.

A partir de 1500 o assunto começou a despertar interesse. Em meados do século XVI, precisamente em 1556, Bauer publicou “De Re Metalica”, livro que trata das principais doenças e acidentes de que vitimavam não só os mineiros, como também os trabalhadores da fundição de ouro e da prata (BISSO, 1990).

Decorridos 11 anos da publicação do “De Re Metalica”, veio a lume um texto de autoria de Paracelso tratando das relações existentes entre o trabalho e as doenças (BISSO, 1990).

Posteriormente, em 1700, Bernadino Ramazzini, considerado o pai da medicina do trabalho, publicou o livro “De Morbis Artificum Diatriba”. Nessa obra o autor associou doenças com o ofício laboral exercido, nela foram listadas cerca de cinquenta atividades distintas e as doenças a elas relacionadas (BITENCOURT & QUELHAS, 1998).

No século XVIII, na Inglaterra, inicia-se a Revolução Industrial com o advento da máquina a vapor, a partir desse fato, as operações industriais tornaram-se mais simplificadas, os trabalhadores passaram a executar tarefas repetitivas, o que ocasionou um crescente e assustador número de acidentes (BITENCOURT & QUELHAS, 1998).

Segundo Bitencourt & Quelhas (1998), as condições no ambiente de trabalho eram precárias e outro agravante eram os ruídos provenientes das máquinas que impediam os trabalhadores de ouvir as ordens de trabalho durante a produção. Outra dificuldade eram as altas temperaturas devido à falta de ventilação e à iluminação deficiente.

Quando necessário o afastamento do operário esse não recebia salário e não havia leis que o amparassem. Em geral, os empregadores não tinham interesse na existência dessas leis, nem consciência de seus deveres. Nesse contexto surgiram as primeiras leis destinadas à proteção ao trabalho na Inglaterra, França, Alemanha e Itália (OLIVEIRA, 2009).

O primeiro indício desse surgimento foi a aprovação da “*lei de saúde e moral dos aprendizes*”, em 1802, que estabelecia limite de doze horas de trabalho diárias; proibia o trabalho noturno; obrigava os empregadores a lavar as paredes das fábricas duas vezes por ano e tornava obrigatória a ventilação nas fábricas, porém, essas medidas não foram eficazes para garantir a diminuição de acidentes (BITENCOURT & QUELHAS, 1998).

Em 1919, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com o tratado de Versalhes adota seis convenções destinadas a proteger a saúde e a integridade física do trabalhador, as quais são: limitação da jornada de trabalho, proteção a maternidade, trabalho noturno para mulheres, idade mínima para admissão de crianças e o trabalho noturno para menores (FIESP; CIESP, 2003).

Em 1831, surge a primeira legislação eficiente para a proteção do trabalhador, a “*Factory Act*”, aplicada em todas as fábricas têxteis. O surgimento dessa lei tornou obrigatória a presença de um médico junto aos trabalhadores, na fábrica, esse tinha como objetivo submeter os menores trabalhadores a exames pré admissionais e periódicos, além de preveni-los quanto à doenças ocupacionais e não ocupacionais (BITENCOURT & QUELHAS, 1998).

Em 1903, nos Estados Unidos, foi promulgada a primeira lei que fazia referência ao pagamento de indenizações aos trabalhadores. Essa se limitava aos trabalhadores federais, e somente em 1921 seus benefícios foram estendidos para os demais trabalhadores (REIS, 2010).

Segundo Bitencourt & Quelhas (1998), foi somente após o aparecimento de legislação para indenizações em casos de acidentes, que os trabalhadores passaram a se mostrar mais atentos as questões relacionadas aos acidentes. Os serviços médicos nessa época eram voltados para a redução de custos com indenizações, no entanto não se preocupavam em preservar física e a saúde dos trabalhadores.

Foi na América Latina, no século XX, que se percebeu as primeiras preocupações com os acidentes de trabalho. Em 1935 foi fundado na cidade de Nova Iorque o Consejo Interamericano de Seguridad (CIES), direcionado a prevenção de acidentes no âmbito dos países da América Latina (BITENCOURT & QUELHAS, 1998). A criação desse conselho foi um avanço em relação as preocupações e práticas da segurança no trabalho.

2.1.2. A EVOLUÇÃO DA SEGURANÇA DO TRABALHO NO BRASIL

No Brasil, em 1919, surgiu a Lei 3.725, que tratava da definição de acidente de trabalho, a declaração de acidentes e a ação judicial. Posteriormente, em 1934, foi promulgada a terceira constituição do Brasil que adotou medidas regulamentadoras quanto a proteção do trabalhador, do trabalho da mulher e do menor, da jornada de trabalho de oito horas diárias, da instituição do salário mínimo, do reconhecimento dos sindicatos e da centralização dos serviços médicos. (OLIVEIRA, 2009).

Em 1943, o Decreto-lei n. 5.452, de 01 de maio, regulamenta o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que trata da Segurança e Medicina do Trabalho (REIS, 2010).

Em 1972, o Governo Brasileiro baixou a Portaria nº. 3.237 que regulamentava as exigências já previstas na CLT, dentre elas a criação dos serviços médicos e de higiene e

segurança em empresas com mais de cem trabalhadores. Atualmente, tendo em vista a evolução dos estudos pertinentes a Segurança e Saúde do Trabalho (SST), a legislação passa a considerar não somente o número de empregados na empresa, mas principalmente o grau de risco inerente a atividade (ALVES, 2003).

Em 1941, no Rio de Janeiro, foi fundada a Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes (ABPA), que tinha como principal objetivo a difusão das práticas de prevenção. O surgimento dessa associação foi um dos fatos significativos para o avanço do campo da prevenção dos acidentes do trabalho no Brasil (ALVES, 2003).

Com a portaria n. 3.214 de 08 de junho de 1978, foram aprovadas as primeiras Normas Regulamentadoras (NR) do capítulo V da CLT, relativas à segurança e medicina do trabalho (OLIVEIRA, 2009).

2.2. IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), conforme dados divulgados em estudo sobre o setor (DIEESE, 2011) a construção civil acompanhou as estatísticas nacionais e obteve em 2010 a segunda maior taxa de crescimento entre os setores da indústria e o melhor desempenho dos últimos 24 anos, que foi de 11,6%.

Dados publicados no Panorama em SST da Indústria 2009 (SESI, 2011) mostraram que a indústria brasileira empregou mais de 9,5 milhões de indivíduos e o segmento que obteve maior percentual de trabalhadores empregados foi o da construção.

A indústria da construção cresceu acentuadamente nos últimos anos em relação ao número de postos de trabalho. Dados sobre informações sociais (MTE, 2011), divulgados pelo MTE, a indústria da construção teve um acréscimo de 15,01% no número de profissionais formalmente empregados entre os anos de 2009 e 2010.

Já em relação à remuneração média dos empregados no setor constatou-se um crescimento de 18,1% entre os anos de 2008 e 2009 em Alagoas. Pode-se considerar que esse percentual está diretamente relacionado ao aumento do número de obras implantadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) mantido pelo governo federal (DIEESE, 2011).

2.3. ACIDENTE DE TRABALHO

Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados, provocando lesão corporal ou perturbação funcional, que resulte em perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho ou mesmo a morte do segurado (INSS, 2008).

Também são considerados como acidentes do trabalho o acidente de trajeto, aqueles ocorridos no trajeto entre a residência e o local de trabalho do segurado e vice-versa; a doença profissional a qual é produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade; e a doença do trabalho, adquirida ou desencadeada em função de condições especiais nas quais o trabalho é executado e com ele esteja diretamente relacionado (MTE, 2008).

A Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), prevista na legislação previdenciária, sempre deve ser emitida quando houver acidente, independentemente de sua natureza. Caso a empresa não comunique, o próprio acidentado, seus dependentes, entidade sindical, médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública pode fazê-la. Em qualquer um desses casos a empresa não será eximida de suas responsabilidades (FIESP; CIESP, 2003).



Dados da previdência social demonstram que durante os anos de 2004 a 2008 o número de acidentes de trabalho ocorridos no Brasil foi de 2.884.798. Estima-se que tais eventos possam custar mais de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) por ano (MTE, 2008).

No caso do sub setor da construção de edifícios entre os anos de 2006 e 2008 o total de acidentes registrados no Brasil foi de 42.699; na região Nordeste a quantidade foi de 7.023 e em Alagoas o total de acidentes nesse mesmo período totalizou 391 acidentes (MTE, 2008).

As estatísticas extraídas através das comunicações de acidentes de trabalho são limitadas, pois esses números expressam apenas parte dessa realidade, já que grande parcela da mão de obra está empregada informalmente, o que aponta para um alto número de sub notificação de acidentes.

2.4. NORMATIZAÇÃO EM SEGURANÇA E SAÚDE NA CONSTRUÇÃO CIVIL

A CLT foi a primeira legislação efetiva que trata de segurança e saúde do trabalho no Brasil. Adiante, em 22 de dezembro de 1977, foram feitas alterações no capítulo V do Título II da CLT, onde foram destacadas questões pertinentes à insalubridade e à periculosidade dos ambientes de trabalho (OIT, 2005).

Em junho de 1978 foram aprovadas normas de segurança e saúde do através da portaria 3.214. Essa era composta inicialmente por vinte e oito normas. Quase que a totalidade das normas existentes estão relacionadas ao setor da construção, entretanto a norma que se trata especificamente do setor de edificações é a NR-18 (ARAÚJO, 2002).

Em 1995, foi constituída a comissão tripartite que reformulou a NR 18, principalmente em função do elevado número de acidentes ocorridos nesse setor. Entre as alterações mais importantes foi a obrigatoriedade do Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho (PCMAT) para estabelecimentos com 20 funcionários ou mais (DALCUL, 2001).

Embora se saiba que a prevenção de acidentes não se faz simplesmente com aplicação de normas, elas pressupõem medidas mínimas obrigatórias a serem adotadas. Ainda nesse sentido é importante perceber que são necessárias reavaliações constantes como forma de melhor adequá-las e reduzir as dificuldades encontradas para o seu cumprimento.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso e para sua realização inicialmente buscou-se dados secundários em diferentes instituições sobre o assunto afim de, ampliar o conhecimento. Em seguida buscou-se uma empresa da indústria da construção civil de grande porte em Maceió que pudesse representar o segmento. Nessa empresa foi realizada uma entrevista de profundidade e aplicados questionários em trabalhadores da produção.

Cabe mencionar, que a gerência da indústria só permitiu a coleta de dados para a realização deste estudo, mediante o resguardo ao sigilo de quaisquer informações que porventura pudessem identificar a empresa.

Foram utilizados dois instrumentos na pesquisa, um roteiro para levantamento de dados junto à empresa, e um questionário estruturado com perguntas específicas sobre as áreas de saúde e segurança no trabalho para a coleta de dados junto aos trabalhadores da produção. Foi retirada uma amostra de 45 colaboradores de cerca de 690 trabalhadores, incluindo funcionários e terceirizados lotados nos três canteiros de obras existentes no ato da pesquisa. A amostra foi não probabilística utilizando-se o método por acessibilidade.



Os funcionários foram segmentados em 19 funções com o intuito de identificar as percepções tanto por parte da gerência quanto por parte dos operários.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. ENTREVISTA DE PROFUNDIDADE

Inicialmente foram levantado algumas informações da empresa através de um roteiro. A empresa atua desde 1958 na cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe, no ramo da construção civil. Seu foco é o mercado imobiliário voltado para a classe média e alta e possui atualmente cinco filiais em Estados brasileiros. A empresa já executou muitas obras de grande porte e possui conceito de qualidade reconhecido no mercado. A filial em Maceió existe desde dezembro de 2005, e no momento em que a pesquisa foi realizada possuía três canteiros de obras na própria capital com 370 funcionários.

A empresa estudada caracteriza-se como sendo de grande porte, segundo classificação adotada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). De acordo com o Quadro I da NR 4 que relaciona a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) com o grau de risco, a mesma está enquadrada no grau 3 (três) e possui Código CNAE: 41.20-4, denominado “Construção de Edifícios”.

A empresa teve seus esforços na prevenção de acidentes reconhecidos com a premiação que recebeu da Revista ‘Proteção’ de Melhor Case da Região Nordeste por desenvolver um equipamento de proteção através do conjunto de atividades integradas de projeto, planejamento, controle e avaliação de resultados. O risco de quedas de ferramentas, que antes eram levadas em cintos específicos destinados ao seu armazenamento deixou de existir em razão da nova plataforma.

A empresa possui funcionários que compõem o Serviços Especializados em Saúde e Medicina do Trabalho (SESMT), que tem como intento promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho.

Em Maceió, cada uma das obras é coordenada por um Gestor Responsável, no caso um Engenheiro Civil, e por um Técnico de Segurança. Por possuir um grupo de profissionais qualificados a empresa não necessita contratar serviços de consultoria em SST.

A empresa subcontrata em média trezentos e trinta trabalhadores distribuídos proporcionalmente entre os três canteiros, e estes realizam atividades direta e indiretamente ligadas ao processo produtivo.

Na visão da empresa os trabalhadores subcontratados costumam apresentar uma maior resistência em agir conforme a cultura da organização e suas exigências quando comparados com os funcionários da própria empresa, o que denota um maior risco à segurança dos mesmos. Isto pode ser justificado por uma maior rotatividade dos funcionários subcontratados, fazendo com que o tempo necessário para a internalização da cultura da empresa seja reduzido.

Os trabalhadores subcontratados recebem treinamento e instrução preventiva da mesma forma que os demais, porém, apenas os funcionários da empresa podem ser advertidos, suspensos ou mesmo demitidos por justa causa caso descumpram deliberadamente alguma regra de segurança exigida. A empresa como contratante de serviços é corresponsável pelos acidentes ocorridos com os funcionários terceirizados, porém essa não possui autonomia para advertir, suspender ou demiti-los por justa causa esses funcionários.

Mesmo sabendo da importância dos funcionários e dos subcontratados executarem suas atividades com segurança, as normas e procedimentos de segurança obrigatórias só serão seguidos se todos compreenderem a importância da questão e desejarem obedecer e assegurar o seu cumprimento. Para que isso ocorra são necessárias disposição e participação compromissada de todos os envolvidos no programa de segurança da empresa.

Em relação aos acidentes de trabalho ocorridos na empresa, todos foram notificados ao INSS através da CAT. Porém a empresa encontra dificuldade em executar a exigência prevista em lei que é comunicar até o 1º dia útil seguinte da ocorrência, isso se dá em função da burocracia presente nos órgãos envolvidos.

Durante o tempo de atuação em Maceió nenhum acidente de trabalho ocorrido resultou em óbito. De acordo com as estatísticas da empresa a função onde há o maior número de acidentes é a de Servente, isso provavelmente ocorre pelo fato desse profissional está exposto a uma grande quantidade de riscos, já que executa sua atividade em conjunto com diversos tipos de serviço, atua em todas as etapas da obra e por esse motivo não detém conhecimento amplo de todas as atividades em que se insere.

Na ocorrência de acidentes é feita uma paralisação na produção para acionar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e os funcionários que trabalhavam próximo ao local do acidente, a fim de notificar as possíveis causas e elaborar, quando necessário, um plano de ação para a prevenção do mesmo, objetivando a solução do problema.

Quando ocorrem acidentes de natureza leve os funcionários são encaminhados para uma empresa terceirizada que é responsável por acompanhar a saúde do trabalhador, já no caso dos acidentes graves a empresa os encaminha para hospitais conveniados ou para hospitais públicos de emergência.

É notório que uma quantidade apreciável dos acidentes ocorre por falha humana, entretanto, as razões pelas quais as pessoas se expõem sem os devidos cuidados à situações de risco que possam lesá-las ou matá-las é que são, muitas vezes, mal compreendidas. Diante disso o técnico informou que propõe conversa particular com o trabalhador logo após o momento do acidente como forma de obter melhores informações sobre as possíveis causas, como questões familiares, questões financeiras, possíveis problemas no ambiente de trabalho e questões relacionadas à saúde. Nesses casos, o técnico em segurança é a pessoa mais indicada a ajudar o indivíduo a encontrar a assistência adequada.

A etapa de serviço onde a empresa identifica a maior ocorrência de acidentes é a estrutura, considerada o esqueleto da obra, pois é nessa etapa que trabalhador fica exposto a um número maior de riscos. Sabendo disso e com o intuito de evitar a ocorrência de acidentes nessa etapa os técnicos direcionam maior atenção aos funcionários nela envolvidos, sempre mantendo o foco onde a gravidade é maior e observando cuidadosamente essas atividades.

Para gerenciar, entre outras coisas, os acidentes ocorridos a empresa utiliza um banco de dados, e por meio desse é realizado mensalmente um quadro estatístico que inclui todos os acidentes, com e sem afastamento, também é utilizado para gerenciar os treinamentos, capacitações, bem como quantidade de horas gastas com os mesmos; custos de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e parte do corpo mais atingida nos acidentes. Com base nesses dados realiza-se um quadro estatístico mensal que será compilado em um relatório anual sobre a segurança.

Esse banco de dados auxilia na análise dos acidentes podendo a qualquer tempo ser consultado para verificar a relação entre acidentes e etapas de serviço. Observou-se que esse é uma importante ferramenta utilizada no planejamento da prevenção dos acidentes.

É importante mencionar que por meio desse banco de dados foi feita uma análise que relacionou os acidentes com as partes mais atingidas do corpo. Com o resultado dessa análise a empresa planejou e implantou uma campanha intitulada “Proteja seus pés”, a qual foi possível mensurar bons resultados. Além de facilitar o trabalho dos responsáveis pela política de prevenção na empresa, esse banco de dados auxilia na continuidade das atividades caso ocorra transição de funcionários.

Sabe-se que os acidentes de trabalho estão diretamente relacionados ao fator humano, porém os acidentes causam muitos prejuízos financeiros que não devem ser desconsiderados. Dessa forma o ganho da produtividade deve estar relacionado com a diminuição dos acidentes e consequentemente dos afastamentos que resultam em mais dias trabalhados, assim a empresa reduz seus custos sem atingir o setor da segurança.

A empresa estudada reconhece a importância de prevenir acidentes e doenças de trabalho. Assim, entende que os custos associados a afastamentos por doença; pagamentos por incapacidade; substituição de funcionários que sofrem lesões ou morrem e indenização pagas aos trabalhadores, excedem consideravelmente os custos de se manter um programa de saúde e segurança no trabalho adequado.

Por essa razão, no processo de seleção de candidatos é realizado mais exames do que os exigidos para admissão, como forma de evitar problemas posteriores relacionados à saúde dos seus funcionários, principalmente pelos riscos que envolvem as atividades, além de ser parte constituinte do Programa de Controle de Médico da Saúde Ocupacional (PCMSO) da empresa.

A empresa opta por não admitir trabalhadores analfabetos, porém devido à escassez de mão de obra no setor alguns candidatos assim foram contratados. No entanto, para a admissão exigiu-se que os mesmos se matriculassem em uma escola e fizesse a devida comprovação à empresa, embora isso não assegure que o funcionário assista às aulas. Tendo em vista a necessidade de mão de obra alfabetizada, a empresa planeja dar início ao projeto “Escola na Obra” em parceria com a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI).

É importante verificar que a contratação de profissionais analfabetos dificulta o processo de capacitação e treinamento tanto no ponto de vista operacional, quanto do ponto de vista da segurança. Cabe também avaliar que o ambiente de alto risco no qual esses profissionais estão inseridos necessita de muitos avisos, advertências e quadros informativos, o que impossibilita o processo de comunicação da empresa através desses meios.

A sede é quem determina quem será ou não contratado. Após a contratação, os funcionários recebem uma semana de treinamento em SST que antecede o início das atividades na empresa. O treinamento é ministrado pelos técnicos em segurança do trabalho e de edificações da própria empresa, além disso, são fornecidas todas as orientações necessárias quanto ao uso correto dos EPIs e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), a educação nos canteiros de obras, as normas internas da empresa e a higiene ocupacional. Posteriormente os funcionários recém-contratados vão a campo observar e desenvolver suas atividades em conformidade com o treinamento em SST.

Ainda no que se refere ao treinamento dos funcionários a empresa realiza a cada mês treinamentos complementares, esses tratam de temas relacionados à saúde, como o PCMSO,

higiene bucal e doenças como aids, doenças sexualmente transmissíveis (DST), diabetes, hipertensão e outros. Trimestralmente é realizado treinamento conforme a etapa de serviço a ser realizada.

Para assegurar diariamente o controle do que foi proposto nos treinamentos a empresa realiza o Diálogo Diário de Segurança (DDS) que através dos encarregados de grupo é realizado com equipes menores e possui duração média de dez minutos. Semanalmente, às segundas-feiras é realizado o “Bom Dia de Segurança” nesse caso pelo técnico em do trabalho com auxílio dos “cipeiros” e participação de todos os funcionários. Esse momento tem duração de uma hora e proporciona um espaço para os funcionários sugestionarem sobre as questões segurança, expondo suas opiniões.

A empresa possui três CIPAs devidamente regularizadas no MTE, sendo uma em cada canteiro de obra. A cada nova gestão da CIPA é realizado um treinamento específico para os membros.

O grande desafio de um programa de capacitação e treinamento adequado está em desenvolver o compromisso de todos os envolvidos, especialmente do corpo gerencial da empresa, com a segurança. Caso isso não ocorra os resultados por ele produzidos serão limitados, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto qualitativo.

Quanto ao estabelecimento de parcerias estratégicas, fator importante no ambiente competitivo no qual as empresas estão inseridas. É notório que o estabelecimento das mesmas promove uma maior visibilidade da empresa o que denota a valorização de capital humano.

A empresa vê o Serviço Social da Indústria - Departamento Regional de Alagoas (SESI/AL) como um grande parceiro e afirma já ter utilizado seus serviços e programas voltados para SST na empresa. Entre os serviços contratados estão incluídos ginástica laboral, palestras sobre DST, aids, tabagismo, hipertensão, diabetes, Diagnóstico de Saúde e Estilo de Vida (DSEV) e curso de CIPA.

Além do SESI/AL outro parceiro mencionado pela empresa é a ADEMI, que sempre faz a ponte entre empresa e agentes como o SESI/AL, realizando algumas campanhas educativas e cursos para os funcionários da indústria.

4.2. DA COLETA JUNTO AOS TRABALHADORES

Foram aplicados questionários em quarenta e cinco trabalhadores que estão diretamente ligados à produção, sendo quinze pesquisados em cada um dos canteiros. A média de idade dos funcionários pesquisados foi de 35,47 anos. Verificou-se que 71,1% dos pesquisados eram funcionários da própria empresa e 28,9%, eram terceirizados.

Quanto à escolaridade dos entrevistados observa-se que apenas 3% dos entrevistados são analfabetos, sobretudo a concentração de entrevistados nos níveis que indicam baixa escolaridade é maior quando comparado aos outros níveis. A maior concentração de funcionários (33,3%) é representada por aqueles que não chegaram a concluir nem mesmo ensino médio.

Em relação ao tempo de trabalho na empresa foi obtida uma média de 1,92 anos que corresponde a aproximadamente 1 ano e 11 meses. A amostra apresentou um desvio padrão de 1,66, considerado alto. O menor tempo encontrado foi de 1 mês e o maior foi de 5 anos. Apesar de aparentemente alta a rotatividade apontada pelo desvio padrão, de fato não é, em relação ao setor que apresenta uma rotatividade maior. Vale salientar que a média encontrada incluiu todos os respondentes, ou seja, funcionários e terceirizados.

Os colaboradores foram indagados a respeito de outras experiências de trabalho na construção civil, e a maioria dos pesquisados, 83,3%, afirmaram ter trabalhado em outras empresas do mesmo segmento.

Quando indagados sobre acidentes já sofridos 93,3% afirmaram não ter sofrido qualquer tipo de acidente na empresa. Os demais respondentes afirmaram ter sofrido 1 ou 2 acidentes de natureza leve.

Em relação às doenças adquiridas no ambiente laboral, comprovadas ou não por exames, 11,1% afirmaram ter adquirido algum tipo de doença e em alguns casos mais de um tipo, as quais foram: Lesão por Esforço Repetitivo (LER), perda auditiva, hérnia e problemas na coluna cervical. Nota-se que essas doenças citadas são reflexos de esforços ao longo dos anos na atividade, embora a utilização de EPIs minimize essas ocorrências. A maioria 88,9% afirmou nunca ter adquirido qualquer tipo de doença na empresa.

Menos da metade dos funcionários entrevistados, 42%, são ou já foram membros da CIPA. Os demais 58% nunca foram membros. Embora o percentual dos que são ou já foram membro da comissão seja inferior aos que nunca foram, isso mostra que uma parcela considerável dos entrevistados teve contato direto com ações relacionadas a prevenção, inspeção e conscientização sobre segurança, o que é muito importante para a prevenção de acidentes.

Em relação a importância das CIPAs na prevenção de acidentes, foi unânime a aprovação da atuação das mesmas por parte dos funcionários. Vários motivos foram apontados como importantes nessa atuação, os principais deles foram: auxílio na prevenção de acidentes; maior número de pessoas envolvidas com a inspeção do ambiente, auxiliando, assim o trabalho do técnico; alerta sobre perigos; conscientização quanto à segurança; fiscalização diária durante a execução dos serviços; exigência quanto ao cumprimento das normas; fornecimento de instruções e alertas sobre o uso correto dos EPIs; comunicação diária sobre segurança, além auxiliar nos procedimentos corretos caso algum acidente venha a ocorrer. A maioria dos trabalhadores indicou uma boa atuação da CIPA na empresa.

Foi solicitado que os funcionários atribuíssem uma nota de 1 à 5 em relação ao nível de preocupação com a sua segurança no ambiente de trabalho, sendo a nota 1 = Não me preocupo e a nota 5 = Me preocupo totalmente. A média encontrada foi de 4,45 e a moda 5.

Em relação à segurança dos colegas no ambiente de trabalho os entrevistados demonstraram preocupação, isso pode ser notado tendo em vista a média de 4,46 e a moda de 5 semelhantes aos resultados com a preocupação demonstrada com sua própria segurança. Isso demonstra que os funcionários mostram-se atentos aos riscos que podem causar danos a si mesmos e as colegas de trabalho.

Outra questão avaliada foi o percentual de trabalhadores que costumam sugerir sobre as questões de segurança que envolvem as atividades dos pesquisados e de seus colegas de trabalho. Nessa questão observou-se que 55,6% afirmaram sugerir quando necessário, enquanto que 44,4% não sugerem. O resultado é significativo, pois além dos trabalhadores se preocuparem com a segurança própria e a de seus colegas a maioria desses tem por hábito sugerir quando necessário, além disso, esse envolvimento por parte dos trabalhadores é fundamental para o planejamento e gerenciamento da segurança.

Quando os respondentes foram questionados sobre o uso dos EPIs, 88,9% afirmaram que sempre os utilizam e mesmo conhecendo a obrigatoriedade e importância do uso 11,1% do total de entrevistados afirmaram que usam 'quase sempre' ou 'geralmente' os EPIs.

Na opinião dos funcionários 66,7% dos trabalhadores o uso dos EPIs dificulta a realização de suas atividades, enquanto 33,3% dos funcionários disseram que alguns EPIs

atrapalham a realização de suas atividades. O principal EPI apontado nessa questão foi a luva, seguida do cinto de segurança e de algumas máscaras. Outro apontamento relevante é ausência de EPIs com tamanhos adequados aos funcionários o que pode gerar desconforto.

Na visão dos trabalhadores as principais ações tomadas pela empresa a fim de evitar ocorrência de acidentes são: disponibilização dos equipamentos de proteção individual a todos os funcionários, bem como orientação para o uso correto dos mesmos; além de reuniões sobre SST, em especial o “Bom Dia”, que é realizado semanalmente, e o DDS. Outro quesito apontado foi realização constante de treinamentos e palestras com o objetivo de prevenir acidentes e boa atuação dos técnicos em segurança do trabalho e dos “cipeiros” no campo.

Analisando esse entendimento por parte dos trabalhadores é importante mencionar que os dois pontos mais citados pelos mesmos são disponibilização dos equipamentos de proteção individual e orientações quanto ao uso. Esses pontos são na verdade normas que a empresa deve cumprir. Tendo em vista esse resultado, surgem dois questionamentos, o primeiro refere-se à disponibilização de equipamentos de proteção individual em empresas anteriores que pode ter sido falha e o segundo refere-se ao fato de não compreender claramente as orientações que envolvem SST como obrigações exigidas por norma.

Com o intuito de perceber o ponto de vista do trabalhador em relação a sua própria saúde física e psicológica no momento da pesquisa, pediu-se para atribuir uma nota de um a cinco, como resultado obteve-se uma média de 4,49% e uma moda de 5%.

Essas proposições descritas evidenciam que a saúde dos trabalhadores inclui aspectos emocionais e físicos. Problemas emocionais, crises pessoais, alcoolismo e uso de drogas são considerados problemas pessoais apenas quando não interferem no desempenho das atividades da empresa, ou seja, quando estes não afetam o comportamento do trabalhador.

Constatou-se também que 44,4% dos pesquisados não praticam atividade física, 11% praticam caminhada, 11% praticam futebol aos fins de semana, os outros 33,6% praticam outras atividades como musculação, capoeira e tênis.

4.3. VERIFICAÇÃO DO AMBIENTE INTERNO E EXTERNO DA EMPRESA

Os resultados da pesquisa permitiram a identificação de pontos fracos e fortes que na empresa estão relacionados com os aspectos de segurança e de saúde dos trabalhadores. A pesquisa proporcionou também a identificação de oportunidades e ameaças que estão presentes no ambiente externo (Figura 1).

No que diz respeito aos pontos fortes visualizados o tempo de atuação da empresa possibilitou a elevação de seu conceito perante o mercado alagoano, também no quesito segurança. Isso pode ser notado através das premiações que a mesma já recebeu.

Outro ponto forte é o constante esforço empregado na capacitação da mão de obra em SST que também envolve altos investimentos. Além disso, é importante mencionar que o envolvimento da alta administração com as questões que envolvem a segurança é responsável por garantir e impulsionar tais ações da empresa.

Também foi possível observar *in loco* a existência de um ambiente e trabalho eficiente que minimiza a exposição dos funcionários a danos físicos, condições insalubres e atos inseguros.

Dentre os pontos fracos apontados a alta rotatividade dos terceirizados é entendida como um dos fatores que dificulta a internalização da cultura de segurança, o que pode ser prejudicial para a empresa e para a saúde e segurança dos próprios trabalhadores.

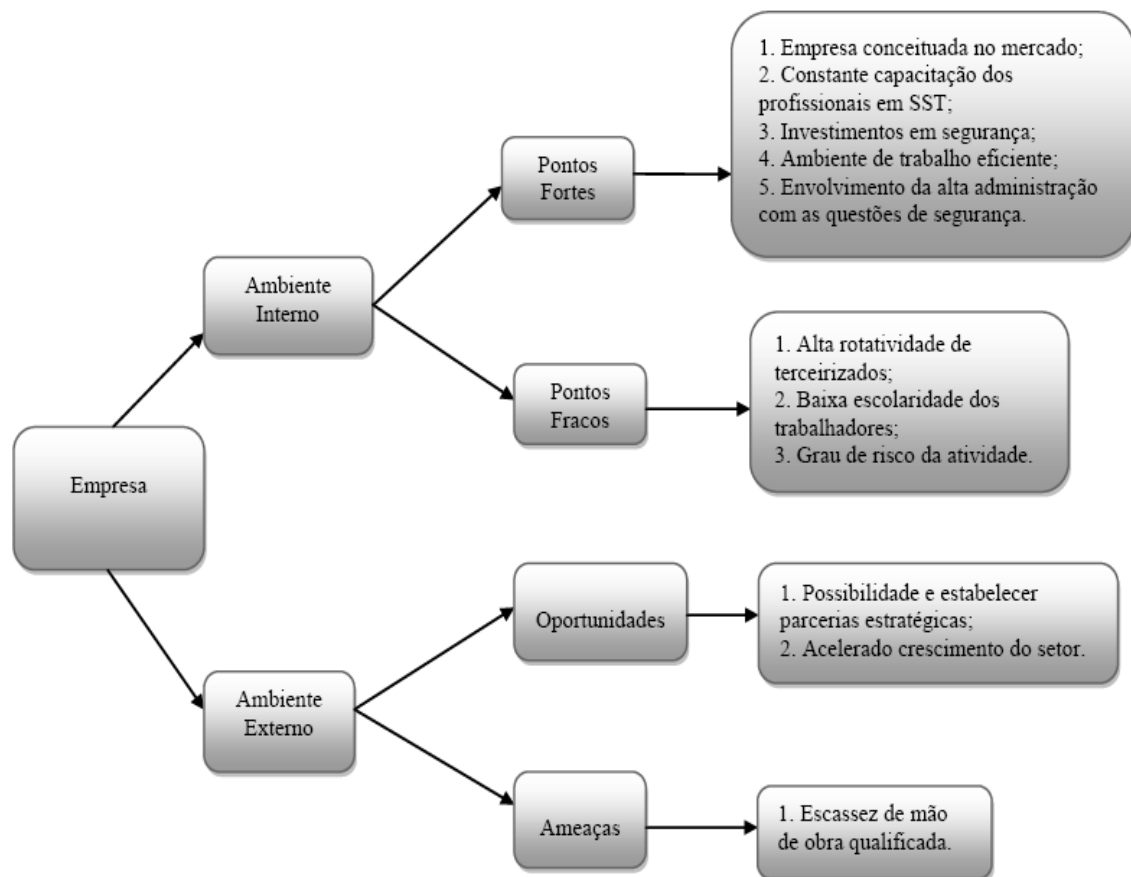


Figura 1: Elementos que representam pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças para a empresa.
Fonte: Elaborado pelos autores

Observou-se também que a escolaridade dos trabalhadores da empresa é baixa o que dificulta a compreensão das questões abordadas nos treinamentos e capacitações ministradas aos mesmos, pois trabalhadores com instrução possui maior facilidade para captar as informações transferidas em um treinamento, inclusive as que se destinam ao esclarecimento das normas de segurança do trabalho. Desse modo, entende-se que este trabalhador estará menos sujeito a acidentes do que aquele com menor instrução.

As atividades realizadas no canteiro de obra já se configuram como riscos e são agravados pelos métodos de trabalho utilizados pelos operários. Nesse caso, o grau de risco inerente à atividade da empresa também é considerado um ponto fraco, pois requer um maior esforço em gerenciar esses riscos a fim de minimizá-los.

Em relação às oportunidades o estabelecimento de parcerias estratégicas com algumas instituições pode auxiliar na redução da desqualificação dos trabalhadores no âmbito da saúde e segurança.

Outra verificação pertinente é o acelerado crescimento do setor que promove condições para o aumento da lucratividade, além de proporcionar desenvolvimento e maiores condições para que o investimento em segurança acompanhe as necessidades dos trabalhadores.

Foi identificada uma única ameaça, mas não menos importante, que se relaciona com as questões de segurança, escassez de mão de obra qualificada no mercado como fator que diminui as condições de internalizar o entendimento real das questões de SST o que pode gerar posteriores dificuldades nas capacitações e treinamentos.

5. CONCLUSÕES

Os resultados da pesquisa apontaram para frequentes investimentos em treinamentos em SST e capacitações para os funcionários. Esse empenho foi identificado como um fator que busca minimizar os problemas relativos a segurança enfrentados no setor. Outra questão também avaliada é a melhoria constante do ambiente e das condições de trabalho como forma de minimizar os riscos inerentes a atividade.

Observou-se que empresa cumpre a exigência de disponibilizar EPIs a todos seus empregados e terceirizados e que tal cumprimento é fator de extrema importância no auxílio à proteção do trabalhador, entretanto foi percebido, através da pesquisa, que uma parcela significativa dos respondentes não compreende a importância do uso de maneira adequada, indicando o EPI como uma ferramenta de prevenção de acidentes, quando na verdade deveria ser visto como um agente que minimiza a intensidade dos acidentes.

O alinhamento do planejamento da segurança com as etapas produtivas não é uma tarefa fácil para as grandes empresas, no caso estudado constatou-se que a empresa prioriza esse planejamento, pois define as metas da produção junto com a equipe de segurança.

É sabido que a segurança na empresa só é possível de maneira efetiva quando se tem o envolvimento e comprometimento de todos os colaboradores, tanto do corpo gerencial como do operacional. Nesse respeito é notório que a empresa empreende esforços no sentido de internalizar uma cultura prevencionista em um setor com alta rotatividade.

O setor é caracterizado pelo acelerado crescimento e índices elevados de profissionais com baixa escolaridade, em consequência a esse fato evidenciou-se na empresa a contratação de profissionais de baixa escolaridade devido à escassez dos mesmos no mercado.

Apesar dos baixos índices de escolaridade refletirem negativamente na percepção das práticas e normas de segurança, constatou-se que os funcionários da empresa são capacitados para construir um ambiente de trabalho mais seguro.

Em função dos custos diretos e indiretos gerados pela ocorrência de acidentes, observou-se que a empresa do estudo objetiva lucros e não prejuízos, porém entende que o lucro não deve prevalecer sobre a vida humana. Por essa razão identificou-se na empresa uma política de segurança sólida que demonstra a valorização do capital humano.

Entre as limitações identificadas no estudo verificou-se principalmente a escassez de informações que permitam estimar e acompanhar o real impacto do trabalho sobre a saúde e segurança dos trabalhadores em Alagoas e em Maceió. Outro gargalo é o reduzido número de publicações sobre a temática com dados pertinentes a região Nordeste e ao estado de Alagoas, já que a maioria das publicações está concentrada nas regiões Sul e Sudeste.

Como as análises quantitativas foram realizadas, basicamente, com base nas informações disponibilizadas pela Previdência Social e que envolvem apenas os trabalhadores formais, os dados obtidos nesta análise preliminar apontam para a necessidade de um estudo mais aprofundado envolvendo a comparação com dados obtidos de outros sistemas de informação.

6. REFERÊNCIAS

- ALVES, L. G. O. S. P. Percepção do perfil de acidentabilidade em empresas terceirizadas: estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.
- ARAÚJO, N. M. C. Proposta de Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho, baseado na OHSAS 18001, para empresas construtoras de edificações verticais. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2002.

BISSO, E. M. O que é segurança do trabalho. 1. ed. São Paulo: Editora Brasileira, 1990.

BITENCOURT, C. L. & QUELHAS, O. L. G. Histórico da evolução dos conceitos de segurança. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 18., Niterói, 1998. Anais.... Niterói: ABEPRO, 1998.

DALCUL, A. L. P. C. Estratégia de Prevenção dos Acidentes de Trabalho na Construção Civil: uma abordagem integrada construída a partir das perspectivas de diferentes atores sociais. Tese (Doutorado em Administração) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

DIEESE. Estudo Setorial da Construção Civil. Disponível em: <<http://edipo.dieese.org.br/esp/estpesq51ConstrucaoCivil.pdf>>. Acesso em: 22 de jul. 2011.

DIEESE. Estudo Setorial da Construção 2011. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/estPesq56ConstrucaoCivil.pdf>>. Acesso em: 22 de jul. 2011.

FIEA. Cadastro Industrial de Alagoas, 2006.

FIEA. Cadastro Industrial de Alagoas, 2011.

FIESP; CIESP. Legislação de segurança e medicina no trabalho. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/download/legislacao/medicina_trabalho.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2011.

INSS. Anuário Estatístico da Previdência Social: AEPS 2008. v.17., 1-868p. Disponível em: <<http://www.previdenciasocial.gov.br/conteudoDinamico.php?id=423>>. Acesso em: 17 mai. 2011.

MTE. Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho: AEAT 2008. V.1., 1-888p. Disponível em: <<http://www.previdenciasocial.gov.br/conteudoDinamico.php?id=850>>. Acesso em: 17 mai. 2011.

MTE. Anuário Estatístico RAIS. Disponível em: <<http://anuariorais.caged.gov.br/index1.asp?pag=empregoDisp>>. Acesso em: 10 de ago. 2011.

OLIVEIRA, C. A. D. Segurança e medicina do trabalho: guia de prevenção de riscos. 1. ed. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2009.

REIS, R. S. Segurança e medicina do trabalho: normas regulamentadoras. 7. ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2010.

SESI. Manual de Segurança e Saúde no Trabalho: Indústria da Construção Civil – Edificações, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.sesisp.org.br/home/2006/saude/images/Download_Manual_SST_Construcao_Civil.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2011.

SILVEIRA, C. A.; ROBAZZI, M. L. C.; WALTER, E. V. & MARZIALE, M. H. P. Acidentes de trabalho na construção civil identificados através de prontuários hospitalares. REM: R. Esc. Minas, Ouro Preto, 58(1): 39-44, jan. mar. 2005.